

tiva do pessoal deste Agrupamento de Escolas, cuja relação jurídica de emprego cessou por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011, ficando posicionado entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e entre o 1 e 2 nível remuneratório a que corresponde uma remuneração base mensal de 487,46 €:

Manuel Martins Aleixo.

13 de abril de 2012. — O Diretor, *Felisberto Augusto de Moura Neves*.

205978939

Direção Regional de Educação do Centro

Agrupamento de Escolas de Mealhada

Despacho (extrato) n.º 5492/2012

No exercício da competência consignada na alínea *d*) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, observado o disposto no artigo 59.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, atento, ainda, o interesse e a conveniência, nomeadamente económica, para a eficácia e eficiência na prestação do serviço público, designo a assistente técnica Maria Emília Melo Breda Carvalho para, em regime de mobilidade interna intercategorias, exercer as funções de coordenadora técnica do Agrupamento de Escolas da Mealhada, com efeitos a 13 de abril de dois mil e doze.

16 de abril de 2012. — O Diretor, *Fernando José Nunes Trindade*.
205984657

Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

Escola Secundária Dom Manuel Martins

Aviso n.º 5729/2012

Por despacho da diretora da Escola Secundária Dom Manuel Martins e para dar cumprimento ao estipulado na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se pública a lista nominativa de pessoal docente desta escola, que cessou funções por motivo de aposentação, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Nome	Categoria	Grupo
Aida Rodrigues Garcia Oliveira Amoroso	Assistente operacional.	—
Maria Isabel Vasconcelos Ferreira Oliveira F. da Silva.	Professora.	300
Maria Madalena Ferreira de Matos Viegas	Professora.	520

16 de abril de 2012. — A Diretora, *Maria Isabel Pires Araújo*.
205983944

Agrupamento de Escolas Verde Horizonte

Aviso n.º 5730/2012

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, faz-se público, que se encontra afixada, no placard do átrio dos serviços administrativos deste Agrupamento a lista de Antiguidade de Pessoal Não Docente reportada a 31 de dezembro de 2011.

O pessoal não docente dispõe de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

2 de abril de 2012. — O Diretor, *José António dos Santos Almeida*.
205982891

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5493/2012

Considerando que se encontra em curso o processo reorganizativo dos serviços e demais entidades do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social decorrente da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho;

Considerando que, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), se operou uma reorganização que, no Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, de ora em diante designado por Gabinete de Estratégia e Planeamento ou por GEP, implica uma redução de 25 % de dirigentes superiores e de 42,1 % de dirigentes intermédios;

Considerando que a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece que o prazo das designações em regime de substituição efetuadas após 21 de junho de 2011 é excecionalmente prorrogado até à extinção ou reorganização da respetiva unidade ou estrutura orgânica;

Considerando que o Decreto Regulamentar n.º 24/2012, de 13 de fevereiro, que aprova a orgânica do GEP, entrou em vigor em 1 de março de 2012;

Considerando ainda que o novo regime jurídico de designação de cargos de direção superior, introduzido pelas alterações à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, efetuadas pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, se encontra em fase de implementação, não estando, consequentemente, preenchidos todos os condicionalismos necessários à designação definitiva destes dirigentes, sendo, no entanto, necessário e urgente assegurar o normal funcionamento do GEP até à completa implementação do novo regime jurídico;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 24/2012, de 13 de fevereiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de dezembro, com as alterações introduzidas pelos diplomas acima referidos, e tendo em vista o disposto na alínea *c*) do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de dezembro, determino o seguinte:

1 — É designado, com efeitos a partir de 10 de abril de 2012, em regime de substituição, para o cargo de diretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Doutor Carlos Manuel Pereira da Silva.

1.1 — Pelo despacho n.º 1234/2012-SEAP, do Secretário de Estado da Administração Pública, proferido nos termos e para os efeitos dos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 179/2005, de 2 de novembro, e 137/2010, de 28 de dezembro, o designado foi autorizado a exercer as funções de diretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, pelo período de tempo que durar o exercício destas funções, optando pela percepção da pensão a que tem direito.

1.2 — O designado fica autorizado a exercer funções de docência, em horário não sobreposto ao do funcionamento do Gabinete de Estratégia e Planeamento, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de setembro, e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.

2 — É designado, com efeitos a partir de 10 de abril de 2012, em regime de substituição, para o cargo de subdiretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, o licenciado Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello.

2.1 — O ora designado opta pela remuneração correspondente ao cargo de origem.

Considerando ainda que o licenciado José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque e a mestre Susana de Sousa Rodrigues Corvelo assumiram, efetivamente, as funções de, respetivamente, diretor-geral e subdiretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento desde a entrada em vigor do supra referido Decreto Regulamentar n.º 24/2012, de 13 de fevereiro, tendo, no entanto, solicitado a cessação das suas funções, determino que:

3 — Para o período de 1 de março a 9 de abril de 2012 é designado, em regime de substituição, para o cargo de diretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, o licenciado José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque.

4 — Para o período de 1 de março a 9 de abril de 2012 é designada, em regime de substituição, para o cargo de subdiretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento, a mestre Susana de Sousa Rodrigues Corvelo.

5 — As designações efetuadas pelo presente despacho têm como suporte as notas curriculares publicadas em anexo ao presente despacho, de que fazem parte integrante, as quais evidenciam perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional.

9 de abril de 2012. — O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

Notas curriculares

Carlos Manuel Pereira da Silva

Identificação: Carlos Manuel Pereira da Silva, nascido a 19 de novembro de 1948, casado.

Habilitações literárias: agregação em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG); equivalência ao grau de Doutor em Economia da Universidade Técnica de Lisboa; doutoramento em Gestão pela Universidade de Orléans (França); Diplôme d'Études Approfondies (DEA) em Monnaie et Finance na Universidade de Orléans (França); licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Atividades académicas: é professor catedrático desde 2003. Foi coordenador do mestrado em Atuariado e Gestão de Riscos Financeiros no ISEG, no ano letivo de 1993-1994, e vice-presidente do conselho diretivo, também, do ISEG de janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Tem lecionado nos cursos de licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento no ISEG, tendo sido, designadamente, responsável pelas cadeiras de Risk Management do Programa MIT, nos anos letivos de 2008-2009 e 2009-2010. Foi, entre 2005 e 2009, professor convidado da Universidade de Paris-Dauphine (Seminário do Programa de Doutoramento) e foi professor visitante da Universidade de Orléans (curso de licenciatura em Gestão) de 1994 a 2004;

Investigação: foi presidente e vice-presidente do Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) integrado no ISEG e é membro do Centro de Estudos em Gestão (CEGE), desde 1994. Foi coordenador, em conjunto com a Universidade de Paris-Dauphine, de diversos projetos de investigação, nomeadamente «Financiamento das pensões complementares em França e Portugal», ao abrigo do Programa Pessoa 2009-2010;

Outros: foi presidente do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, de dezembro de 1999 a setembro de 2001, e do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, de dezembro de 1998 a dezembro de 1999. Entre 1996 e 1998 foi membro da Comissão do Livro Branco da Segurança Social. Tendo sido consultor do Tesouro, para assuntos de Seguros e Fundos de Pensões de 1992 a 1994. Tendo ainda sido consultor e auditor de diversas empresas.

Publicações: é autor de vários livros, nomeadamente «A Questão das Reformas em Portugal», em colaboração com Rui Duarte e Luís Ribeiro, edição do CIEF, 1995 e «A Reforma, a Poupança e a Integração dos Fundos de Pensões: O Caso Português» CIEF/Associação para o Estudo da Economia do Seguro, 1993. É autor de diversos artigos, designadamente, A Questão das Pensões: Capitalização, Gestão Pública e Gestão Privada. Seminário do Departamento de Gestão, 2001.

Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello

Identificação: Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello, nascido a 28 de outubro de 1963, natural de Lisboa, casado.

Habilitações literárias: licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica, 1987.

Formação complementar:

Curso de Gestão para Executivos, Universidade Católica Portuguesa, 1995;

Curso de Fiscalidade Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

Formação profissional: participação em ações de formação nas áreas de direito laboral; gestão de recursos humanos; organização; informática; economia; estratégia; gestão e qualidade.

Experiência profissional: desde dezembro de 2009 é técnico superior especialista do AICEP, E. P. E. — Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. Foi diretor de recursos humanos, financeiros e de meios na ERSE — Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, entre maio de 2007 e dezembro de 2009. De julho de 2006 a abril de 2007 foi diretor de recursos humanos na Câmara Municipal de Lisboa. Entre junho de 2005 e junho de 2006 foi assessor do conselho diretivo do ICEP Portugal, I. P. No IGFSS, I. P. — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., exerceu as seguintes funções: vogal do conselho diretivo de 2002 a 2005, diretor de recursos humanos entre

2001 e 2002 e assessor do conselho diretivo em 1999 e 2000. No ICEP Portugal foi ainda diretor-adjunto de recursos humanos desde 1992 até 1998, coordenador de formação e estágios em 1992 e técnico superior no ano de 1991. Exerceu advocacia de 1988 a 1991.

José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque

Identificação: José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque.

Habilitações literárias: licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional: é, desde junho de 2010, diretor-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e, posteriormente, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido subdiretor-geral desde maio de 2007; nos organismos que antecederam o GEP, foi subdiretor-geral desde junho de 2005, diretor de serviços de Indicadores e Prospetiva desde junho de 2003, chefe de divisão de Análise e Previsão desde outubro de 1999; ingressou no Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social em julho de 1995.

É suplente do Comité de Proteção Social (desde 2006) e foi representante no Subgrupo de Indicadores do Comité de Proteção Social e no Grupo de Indicadores do Comité do Emprego, no âmbito da União Europeia. Organizou a conferência «Os Caminhos da Sustentabilidade e a Reforma do Sistema de Pensões» por ocasião da Presidência Portuguesa da União Europeia em 2007. Representou o Ministério na delegação nacional à OCDE nos exames bienais entre 2004 e 2010.

É vogal efetivo no Conselho Superior de Estatística desde 2010. Acompanhou os grupos de trabalho no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Inclusão desde 2001 e colaborou nos Relatórios de Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2006-2008 e 2008-2010. Presidiu desde 2007 à tripartida Comissão de Acompanhamento da evolução da RMMG (vulgo salário mínimo nacional). Coordenou o grupo de trabalho com a missão de atualizar o estudo «A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Solidariedade e Segurança Social» (2005-2006) e foi membro da Equipa Técnica do Financiamento no âmbito da Comissão de Regulamentação da Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (em 2001 e 2002) e membro da Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Modelos de Sustentabilidade Financeira da Segurança Social (em 2003). Fez parte do grupo de trabalho com vista à criação de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos (Complemento Solidário para Idosos) e foi membro da Comissão para o Rendimento Mínimo (em 1996).

No âmbito do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do ISEG, participou, enquanto investigador, em diversos projetos entre 1990 e 2004.

Publicações e apresentações: foi autor, coautor ou apresentou publicamente pelo Ministério, «Desigualdades Salariais e Trabalhadores de Baixos Salários» (1999), «Pobreza e Condições de Vida em Portugal» (2001), «Distribuição de Rendimentos e Condições de Vida» (2002), «A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Solidariedade e Segurança Social» (2002). Apresentou várias comunicações entre 2006 e 2008 a propósito da Reforma da Segurança Social em Portugal e no estrangeiro.

Apresentou, por ocasião do Dia da Segurança Social de 2009, estudo sobre o rendimento de pensionistas idosos.

Susana de Sousa Rodrigues Corvelo

Identificação: Susana de Sousa Rodrigues Corvelo, nascida em Lisboa em 1974.

Habilitações literárias: mestre em Gestão e Estratégia Industrial (1998) e licenciada em Economia (1995) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional: é, desde julho de 2010, subdiretora-geral do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e, posteriormente, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e foi, sucessivamente, chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação (2009-2010), adjunta e chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional (2007-2009), adjunta do Secretário Regional da Economia da Região Autónoma dos Açores (2005-2006), técnica superior do Instituto para a Inovação na Formação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (1996-2006), sendo desde abril de 2006 técnica superior do Gabinete de Estratégia e Planeamento do ex-Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

No âmbito do exercício das funções de direção, acompanha as equipas de Estudos de Emprego e de Estatísticas e Indicadores, sendo igualmente responsável, entre outras, pela representação nacional no Comité de Emprego e Grupo Ad-hoc da Comissão Europeia e pela representação na rede de coordenação da Estratégia de Lisboa.

No GEP, anteriormente ao exercício de funções de direção, participou no estudo e desenvolvimento de um Sistema de Indicadores de Alerta do

Desemprego; na elaboração do Plano Nacional de Emprego; acompanhou a elaboração de um sistema de medição e monitorização do trabalho não declarado; participou como representante de Portugal em reuniões do Comité Diretivo do Programa LEED (OCDE) e na iniciativa comunitária Peer Review (Comissão Europeia); integrou o grupo de trabalho para a Produtividade do Comité de Emprego da EU; representou o MTSS na Comissão Mista de Coordenação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, sendo relatora da subcomissão sectorial «Estrutura Socioeconómica e Atividades não Agrícolas»; integrou a equipa que desenvolveu o Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos no Sector do Turismo. No âmbito das funções desempenhadas em gabinetes governativos, acompanhou diversas temáticas, destacando-se os temas de emprego e formação profissional, turismo, indústria e fundos estruturais.

Publicações e apresentações: apresentou diversas comunicações e publicou artigos e estudos de que foi autora ou coautora, na área do emprego e formação profissional, entre os quais: «The Service Voucher System», Peer Review da Comissão Europeia e «Diagnosticar e Antecipar Competências no Turismo. O Contributo do INOFOR», Observatório do Turismo.

205976184

Instituto da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 5731/2012

Procedimento concursal com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho na carreira de técnico superior, licenciado em Direito, do mapa de pessoal do Centro Distrital de Aveiro — DRH/TS/178/2010.

Lista de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, do procedimento concursal referência DRH/TS/178/2010, destinado ao preenchimento de dois postos de trabalho na carreira de técnico superior, licenciado em Direito, do mapa de pessoal do Centro Distrital de Aveiro — Instituto da Segurança Social, I. P., visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 27377/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 28 de Dezembro

Candidatos aprovados:

Ordenação	Nome	Valores
1.º	Cátia Alexandra Rodrigues Rego	14,912
2.º	Cristiana Maria Gomes de Castro	14,299
3.º	Cláudia Maria Moutinho Teixeira de Andrade	13,9
4.º	Maria João Fernandes Pereira de Meneses de Almeida	13,074
5.º	Maria Luísa Lopes Rosmaninho Machado	12,887
6.º	Isabel Maria Barreira de Freitas	12,85
7.º	Marta Margarida Nunes de Almeida Vicente	12,762
8.º	Leonor Mendes Martins Teixeira Gomes	12,487
9.º	Joana Raquel Santinho Afonso	12,35
10.º	Anabela Gonçalves Rebelo	12,237
11.º	Maria Ernestina Magalhães Ferreira	12,112 — D
12.º	Ana Isabel Almeida Ginja	12,112 — D
13.º	Ana Margarida Pires Rangel Moreira Martins Anes	11,874
14.º	José Manuel da Silva Ribeiro Duarte	11,857
15.º	Marcela Teresa Silva Santos	11,8
16.º	Margarida Isabel da Costa Rodrigues	11,65
17.º	Ana Rita Saraiva Rosa	11,625 — D
18.º	Carla Patrícia Marques da Silva	11,625 — D
19.º	Joana Neto Alves	11,625 — D
20.º	Sara Vitália de Moura Lima	11,562
21.º	Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro	11,524
22.º	Cláudia Cristina de Sá Cortez Laires Marques	11,45
23.º	Liliana Raquel Rodrigues de Sousa	11,437
24.º	Sandra Maria Ribeiro de Andrade	11,262
25.º	Francisco Miguel dos Santos Vilela	11,137
26.º	Ana Sofia de Sá Cortez Laires Marques	11,087
27.º	Pedro Miguel Borges Ribeiro	11,049
28.º	Ana Margarida Martins Pereira	10,999 — D
29.º	João Henrique Faria Pinto Costa	10,999 — D

Ordenação	Nome	Valores
30.º	Raquel Alexandra Henriques Carvalho de Oliveira	10,862
31.º	Filipa Morao Machado	10,775
32.º	Paulo Jorge Loureiro Martins	10,540
33.º	Ana Maria Nobre	10,462
34.º	Paula Isabel de Almeida Santos	10,425
35.º	Raquel Sofia Vieira Teixeira	10,25 — D
36.º	Patrícia Rafaela da Silva Neves	10,25 — D
37.º	Mónica Sofia Veiga Pereira	10,024

Crítérios de desempate:

D) Segundo critério de desempate dos constantes do n.º 16 do aviso de abertura do procedimento concursal.

A presente lista foi homologada por despacho de 13 de abril de 2012, do vogal do conselho diretivo responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos, licenciado Luís Monteiro, ao abrigo de competência delegada do conselho diretivo, através da deliberação n.º 2064/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 31 de outubro, tendo sido afixada no edifício do Centro Distrital de Aveiro e publicitada na página eletrónica do Instituto.

13 de abril de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Monteiro*.
205988934

Centro Distrital da Guarda

Despacho n.º 5494/2012

Delegação e subdelegação de competências

Nos termos do disposto conjuntamente nos artigos 35.º e 36.º do CPA, no uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 28.º dos Estatutos do ISS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio, com a redação que lhe foi dada pelas Portarias n.º 1460-A/2009, de 31 de dezembro, e 1329-B/2010, de 30 de dezembro, e dos que, ao abrigo do artigo 5.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 214/2007, de 29 de maio, na que lhe foi dada pelos Decreto-Lei n.º 163/2008, de 8 de agosto, e 39/2011, de 21 de março, me foram delegados pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P., através da Deliberação n.º 147/2012, publicada no *Diário da República*, n.º 23, 1.ª série, de 1 de fevereiro de 2012, delego/subdelego na Diretora da Unidade de Prestações e Atendimento, licenciada Maria José Monteiro Lopes, com a facultade de subdelegação, no âmbito da respetiva Unidade:

1 — A competência genérica para, e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionamentos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho diretivo sobre a matéria:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

1.2 — Assinar a correspondência de resposta às solicitações dos tribunais e solicitadores ou agentes de execução e outras entidades sobre situações de beneficiários, no âmbito de matérias da respetiva unidade.

1.3 — Em matéria de recursos humanos, no âmbito da sua unidade, e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionamentos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho diretivo sobre a matéria:

1.3.1 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho diretivo;

1.3.2 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual de férias, bem como o respetivo gozo interpolado, nos termos do regime jurídico da lei aplicável;

1.3.3 — Autorizar o gozo do período complementar de cinco dias de férias;

1.3.4 — Despachar os processos de justificação de faltas;

1.3.5 — Autorizar a dispensa de serviço para autoformação, tendo em consideração o crédito previsto na disciplina jurídica do respetivo pessoal;